



ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE QUALIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO – CONQUALI – REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2017.

1 Às nove horas e vinte minutos do dia quatorze de março de dois mil e dezessete, na Sala de
2 Reunião do Gabinete da Secretaria da Administração, no Centro Administrativo da Bahia, iniciou-se
3 a 4ª Reunião Ordinária do Conselho de Qualidade do Serviço Público - Conquali, com a
4 presença dos membros do referido Conselho, Edelvino do Silva Góes Filho, Secretário da
5 Administração e Presidente do Conselho, que presidiu a reunião, Antônio Felix Macedo
6 Mascarenhas, representante da Secretaria da Fazenda, Dilma Santana de Jesus, representante da
7 Secretaria do Planejamento, Ana Luiza Sodré de Aragão Vasconcellos, representante da Casa
8 Civil, Flávio Machado Barbosa, representante da Companhia de Processamento de Dados do
9 Estado da Bahia – Prodeb, Ana Lúcia dos Santos Oliveira, representante da Superintendência de
10 Atendimento ao Cidadão - SAC, Cristine D’alva Câmara de Araújo e Milton de Sousa Coelho
11 Filho, representantes da Superintendência da Gestão e Inovação – SGI, José Maria de Abreu Dutra
12 e Juçara Gonçalves Reis, representantes da Ouvidoria Geral do Estado, a Diretora de Gestão da
13 Qualidade da SAC, Juliana Cavalcanti, o Líder do Projeto SEI na SGI /SAEB, Wivisson Ataíde,
14 representantes da Coordenação Técnica do Conquali/SGI/SAEB, Flávia Maria Tenório Barros de
15 Deus e Mário Henrique Neves Aguiar da Silva e a Assistente do Conselho, Cláudia Suele Silva
16 Santos. Iniciou-se a reunião com a posse da representante titular da Superintendência da Gestão e
17 Inovação-SGI, Cristine D’alva Câmara de Araújo. O representante da Prodeb, Flávio Machado
18 solicitou a palavra para abordar a necessidade de publicação, pelo Governador do Estado, da
19 política de TIC que já foi aprovada pelo Conquali e sua importância para normatizar as aquisições
20 da área de TIC no Estado. Seguindo a pauta foi feita a leitura da ata da 3  reunião Ordinária do
21 Conselho, ocorrida dia 13/12/2016, a qual foi aprovada e assinada por todos os presentes. Dando
22 seguimento aos itens da pauta, foi realizada apresentação sobre a implantação do SEI - Sistema
23 Eletrônico de Informação, por Wivisson Ataíde – Líder do Projeto na SGI/SAEB. O SEI é um dos
24 produtos do projeto Processo Eletrônico Nacional (PEN), iniciativa conjunta de órgãos e entidades
25 de diversas esferas da Administração Pública, com o intuito de construir uma infraestrutura
26 pública de processos e documentos administrativos eletr nicos. Criado pelo Tribunal Regional
27 Federal - TRF4, cedido para a Bahia através de acordo de cooperação técnica com o MPOG. O
28 SEI é um sistema de protocolo administrativo para gestão de processos e documentos eletr nicos e
29 sua principal característica é a libertação do papel como suporte físico para documentos
30 institucionais; foi abordada a necessidade de sensibilização para a importância do projeto diante
31 dos seus benefícios, tais como: agilidade das informações, produtividade, transparência, satisfação
32 do usuário, redução de custos, usabilidade, compartilhamento do conhecimento, flexibilidade,
33 controle e acompanhamento do processo, enfocando a sustentabilidade do planeta e a necessidade
34 da mudança cultural para o bom resultado do projeto. O SEI será inicialmente implantado na
35 SAEB até 31.03.2017 com o processo de dispensa de licitação e em seguida serão acrescentados
36 os demais processos, através de um cronograma previamente aprovado. O representante da
37 SEFAZ, Felix Mascarenhas questionou com será feita a implantação para as demais Secretarias.
38 Wivisson informou que através de portaria da Secretaria da Administração, que det m a cessão no
39 Estado da Bahia, o SEI pode ser disponibilizado para outras Secretarias que podem iniciar a
40 implantação com um ou mais processos, com acompanhamento da SAEB, que tem a
41 responsabilidade de posicionar o MPOG sobre a disseminação do SEI na Bahia. O Presidente do
42 Conselho, Dr. Edelvino Góes, informou que na reunião preliminar para pensar na estratégia de



ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE QUALIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO – CONQUALI
REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2017. (CONTINUAÇÃO)

implantação, que aconteceu com o Comitê do SEI, ficou acordada a necessidade de colocar em prática um primeiro processo para depois começar a disseminação. Em paralelo as empresas podem experimentar um ou dois processos, a exemplo do Governo Federal que implantou em um órgão e depois difundiu para vários órgãos. A ideia é que as unidades possam demandar a participação a partir de abril/17. A Prodeb, além da tecnologia, tem o conhecimento acerca do SEI para ajudar no suporte. Foi solicitado ao Representante da Prodeb, Flávio Machado, que conversasse com Samuel e Diógenes sobre esta necessidade de colaboração. A representante da Casa Civil, Ana Luíza Vasconcellos questionou se já existe um alinhamento com o Tribunal de Contas do Estado sobre os processos de auditoria serem entregues eletronicamente já que o TCE sempre exige uma cópia impressa. Dr. Edelvino Góes solicitou que a SGI verificasse este alinhamento. A representante da SEPLAN, Dilma Santana, questionou se estes processos eram apenas internos na SAEB. A representante da SGI, Cristine Araújo, informou que os próximos processos serão transversais. Dilma Santana enfatizou que com a implantação dos processos transversais os demais órgãos automaticamente necessitam adquirir o SEI. Dr. Edelvino Góes solicitou que na próxima reunião do Conquali fosse apresentado o status atual de implantação do SEI. Dando seguimento a pauta, a Coordenadora Técnica do Conquali, Flávia Barbosa, falou sobre o andamento dos trabalhos da Comissão Técnica do Conquali para estruturação e consolidação das Assessorias de Planejamento e Gestão – APG, a saber: Reunião de Sensibilização com os Chefes de Gabinete, programada para 18.04.2017, no Espaço Crescer/SETRE, abordando aspectos como a Importância da Assessoria de Planejamento e Gestão; apresentação do Sistema Eletrônico de Informação – SEI; experiência de Gestão Estratégica e Utilização do Sistema de Gestão pela SSP e o sistema de Planejamento e Orçamento/Monitoramento e Avaliação da SEPLAN. Dr. Edelvino Góes abordou a rotatividade do APG nas Secretarias e que a gestão só avança com bons diagnósticos. Salientou o imenso potencial que esta área tem para a gestão organizacional e solicitou o apoio do representante da SEFAZ no Conselho, Felix Mascarenhas, explicando sobre a criação da APG pela necessidade de fortalecer o braço estratégico das Secretarias. Enfocou a necessidade de participação do Escritório do Gasto nas reuniões da Comissão Técnica. A representante da SEPLAN, Dilma Santana, falou das dificuldades enfrentadas pela APG, inclusive dos pontos de conflito com as competências que se sobreiam, sugerindo a elaboração de um documento sobre as funcionalidades da APG, seu perfil e competências e a importância do encaminhamento deste documento para todas as Secretarias. Sugeriu que a Comissão Técnica fizesse um estudo dos pontos de conversão entre as competências da APG e em seguida elaborasse uma resolução do Conquali ou ofício para os APG esclarecendo estas atribuições. Sugeriu também, que encaminhasse por e-mail para os Conselheiros validarem a conclusão do estudo e em seguida fosse encaminhado através de ofício para todos os APG. A Coordenadora Técnica do Conquali, Flávia Barbosa, se colocou a disposição para fazer a escuta destes Assessores de Planejamento e Gestão. O representante da Ouvidoria Geral do Estado, Dr. José Maria, informou do projeto Ouvidoria Ativa em comemoração aos 15 anos da OGE para divulgar o sistema da ouvidoria como ferramenta de gestão e solicitou a inclusão deste tema na pauta da reunião com Chefes de Gabinete. Milton Coelho, representante da SGI, sugeriu a inclusão nos contratos de OS a obrigação contratual de instalação de uma Ouvidoria e colocar nos relatórios de gestão os registros contabilizados. Dr. Edelvino Góes abordou a necessidade de integrar as Ouvidorias da



ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE QUALIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO – CONQUALI
REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2017. (CONTINUAÇÃO)

SEC e OGE incluindo registro do Mais Futuro e 1º Emprego. Dando seguimento, Flávia Barbosa apresentou o cronograma de capacitações para a APG, composto dos seguintes eventos: Seminário APG em Ação: Planejamento Estratégico como instrumento de aprimoramento da Gestão Organizacional, Oficina Compartilhando propósitos, Curso Conceitos e Fundamentos para o Planejamento Governamental, Curso de Metodologia de Gerenciamento de Projetos, Oficina para Construção do Plano de Trabalho da APG e Curso de BPM. Informou sobre o início do segundo diagnóstico para acompanhamento das ações da APG e Comissão e dos encontros pontuais para discussão de temas estabelecidos pelas APG, como formação de corpo técnico, articulação, amplitude e responsabilidade da APG, estreitamento da relação entre Saeb e Seplan. Falou sobre a visita do BID, que a Bahia foi o primeiro Estado a ser visitado. A visita visava medir os custos administrativos e custos de oportunidades dos serviços de emissão da Carteira de Trabalho (federal), emissão da Carteira de Identidade e matrícula escolar para alunos do ensino médio. Para as empresas foram analisados os serviços de emissão de guia de importação de bens intermediários (federal) e fechamento de empresas (Juceb). A partir das visitas serão desenvolvidas soluções para o uso compartilhado de bases de dados de identificação e apoio a projetos pilotos de simplificação. A conclusão das visitas nos estados selecionados e Distrito Federal, bem como a conclusão dos trabalhos, estão previstos para abril/2017. Na Bahia foram visitados SEC, JUCEB e SAC para avaliar o serviço de emissão de carteira de identidade. Dando seguimento a pauta, Dr. Edelvino Góes sugeriu que a apresentação do resultado da pesquisa nas Delegacias de Salvador e o resultado da pesquisa piloto realizada no Hospital Geral do Estado ficassem para a pauta da próxima reunião do Conselho. Solicitou a representante da SAC, Ana Lúcia, que apresentasse o resultado da pesquisa nas delegacias de Salvador ao Delegado Chefe, Dr. Bernardino. Informou que o Conquali não tem recursos, mas que precisa precificar as oportunidades de melhoria para poder solicitar a Seplan e Sefaz a liberação de algum recurso para implantar as melhorias advindas das pesquisas. A representante da SEPLAN, Dilma Santana, sugeriu que sejam entregues estas sugestões de melhorias à APG para que tentem relocar recursos para estas ações. Reforçou a importância de ter o valor para essas ações de melhorias. O representante da Prodeb, Flávio Machado, solicitou que fosse incluída na próxima reunião do Conquali a apresentação do Projeto Cidadão 360, que facilitará a integração dos sistemas de informação. O representante da OGE, José Maria, solicitou a inclusão da OGE nas capacitações para APG e sugeriu focar também nas pesquisas de satisfação alguns programas prioritários do Governo, a exemplo do programa “Vida Melhor”, com o intuito de fortalecer a gestão. Dr. Edelvino Góes solicitou a representante da Casa Civil, Ana Luiza, que fizesse um levantamento das ações prioritárias do Governo para serem apresentadas na próxima reunião do Conselho. O representante da Sefaz, Felix Mascarenhas falou da necessidade de ter uma única metodologia para poder ter um melhor comparativo. Dr. Edelvino Góes solicitou que a DGQ/SAC, juntamente com Ana Lúcia, agendasse reunião com Ibametro para apresentar as oportunidades de melhoria e analisasse como o Ibametro pode contribuir para estas oportunidades de melhoria, inclusive na certificação. O representante da OGE, José Maria, solicitou que incluísse o sinal de TV do IRDEB nas pesquisas e informou que a OGE esta se certificando na ISO 9001:2015, atendimento da central, fase inicial. Nada mais havendo a tratar, Dr. Edelvino da Silva Góes Filho, Secretário da Administração e Presidente do Conselho, encerrou a reunião e eu Cláudia Suely Silva Santos,



**ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE QUALIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO – CONQUALI
REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2017. (CONTINUAÇÃO)**

127 Assistente do Conselho, lavreia a presente ata, que será assinada pelos Senhores Conselheiros,
128 após lida e aprovada. Salvador, 14 de março de 2017.
129 Edelvino da Silva Góes Filho _____
130 Antonio Félix Macedo Mascarenhas _____
131 Ana Luiza Sodré de Aragão Vasconcellos _____
132 Dilma Santana de Jesus _____
133 Flávio Machado Barbosa _____
134 Ana Lúcia dos Santos Oliveira _____
135 Cristine d'alva Câmera de Araújo _____
136 Milton de Sousa Coelho Filho _____
137 José Maria de Abreu Dutra _____
138 Juçara Gonçalves Reis _____